A arquitetura regulatória: MAS, Banking Act, SFA, FAA e FSMA: consequências práticas

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Para um grupo estrangeiro que deseja atender clientes abastados a partir de Singapura, a arquitetura descrita neste capítulo se traduz numa série de decisões concretas. A primeira diz respeito ao veículo. Uma licença de banco ou de merchant bank nos termos do Banking Act confere as permissões mais amplas e impõe os requisitos prudenciais mais pesados. Uma Capital Markets Services Licence (licença CMS) para gestão de fundos ou negociação convém a uma gestora de ativos que não capta depósitos. Uma licença de consultor financeiro convém a uma empresa de consultoria que não administra ativos nem detém recursos de clientes. Os gestores de ativos externos (external asset managers), examinados no capítulo E.V, costumam deter uma licença CMS e trabalhar com bancos custodiantes.

A segunda decisão diz respeito à base de clientes. Uma empresa que atende apenas investidores credenciados e institucionais beneficia-se de isenções substanciais, mas deve documentar o status de cada cliente, obter o opt-in e rever o status quando as circunstâncias mudarem. Uma empresa com clientes de varejo deve aplicar o conjunto completo de regras de conduta sobre recomendação de produtos,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

divulgação de informações e tratamento justo. A terceira diz respeito às pessoas. Toda pessoa física que presta consultoria, negocia ou administra deve ser nomeada representante e cumprir requisitos de competência. Todo alto executivo deve ter um âmbito de responsabilidade documentado que a Monetary Authority of Singapore (MAS) possa examinar.

- Identificar cada atividade regulada que o negócio exercerá e enquadrá-la no Banking Act, no SFA, no FAA ou no FSMA.
- Verificar se alguma isenção se aplica, lembrando que a isenção de licença não afeta os deveres de conduta.
- Classificar cada cliente como de varejo, credenciado ou institucional, registrar o opt-in dos investidores credenciados e rever periodicamente a classificação.
- Nomear todos os representantes por meio do registro público e verificar sua situação nos exames antes que prestem consultoria.
- Mapear as responsabilidades dos altos executivos e das pessoas com riscos relevantes e alinhar a remuneração à conduta.
- Aplicar as notices da MAS sobre prevenção à lavagem de dinheiro com especial atenção à origem do patrimônio, seguindo as orientações de maio de 2026 para clientes de private banking.
- Rever os arranjos de terceirização e de tecnologia à luz da seção 47A do Banking Act e dos requisitos de risco tecnológico do FSMA.
- Tratar as informações dos clientes como protegidas nos termos da seção 47 do Banking Act e divulgá-las apenas por uma via legalmente prevista.
- Acompanhar as consultas, notices e diretrizes que a MAS publica, pois grande parte dos detalhes operacionais está nelas.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com